

A HISTÓRIA E OS DESDOBRAMENTOS DA INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO

Elisangela Aparecida de Freitas (PG-FIPAR)
Msc. Leiry Maira Coelho Pires de Carvalho (FIPAR)

Resumo: Este artigo discute bibliograficamente a inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede de ensino. Sendo em especial o problema atual da inclusão. E ainda aborda uma análise histórica do processo de inclusão no Brasil e França, bem como sua implantação. Ao final traça algumas considerações referentes às transformações no sistema de ensino e a necessidade de política e a prática-pedagógica, que garantam capacitação, atualização e sensibilização de toda comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Inclusão. História.

Abstract: This article discusses bibliographically the inclusion of individuals with special needs in the system of education and in special the current problem of inclusion. While addressing a historical analysis of the process of inclusion in Brazil and France, and its deployment. It outlines some considerations concerning the transformations in the education system and the need for policies and practices that ensure educational-training, upgrading and sensitivity school.

Key words: Education. Teaching. Inclusion. History.

1. INTRODUÇÃO

A questão da inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino é um tema polêmico, busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência. Mas o que é de fato a inclusão? O que leva as pessoas a terem entendimentos e significados tão diferentes?

O termo inclusão traz implícito a idéia de exclusão, só é possível incluir alguém que foi excluído. A inclusão respalda na inclusão/exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos.

Portanto, a inclusão depende de mudanças de valores na escola e sociedade para que a vivência de um novo paradigma não se faça como simples recomendações técnicas, como se fossem receitas de bolo, mas com reflexões dos professores, diretores, pais, alunos e comunidade. Contudo, esta questão não é tão simples, pois, devemos levar em conta as diversidades.

Segundo Kunc (1992):

O principio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

Nas últimas décadas a inclusão é destaque no mundo ocidental, por parte da globalização, economia, valores e cultura, a fim de fortalecer os movimentos sociais em defesa da inclusão e eliminar as situações de exclusão.

Hall (1997; p.78) comenta que:

As identificações “globais”, uma vez colocadas acima do nível da cultura nacional, começam a descolar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais. As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direito legal e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importante.

Refletindo sobre esta questão, foi possível fazer uma análise da inclusão no cenário brasileiro e realizar um comparativo entre a realidade do processo de inclusão no Brasil e França analisando o processo histórico de implantação da inclusão no Brasil. Discute-se a realidade do processo de inclusão bem como as dificuldades em adaptação em nossas escolas regulares e apresentam-se considerações finais, posicionando-se sobre o tema abordado.

2. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO NO PROCESSO DE INCLUSÃO NO BRASIL E FRANÇA.

O marco histórico da inclusão no Brasil foi a junho de 1994, com a Declaração de Salamanca na Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, onde propõe um acesso e qualidade para a Educação de necessidades especiais, esse acordo foi assinado por 92 países, como princípio fundamental que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, fundamenta-se na implantação da inclusão de portadores de necessidades especiais, por meio de apoio especializado na rede de ensino regular, para atender as peculiaridades e o atendimento educacional, em salas de aulas ou serviços especializados, sempre que a condição específica do educando não for adequado à integração nas classes comuns de ensino.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial mediante a Resolução Nº 02/2001, avançaram na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: “o sistema deve matricular todos os alunos, cabe às escolas organizar-se para o atendimento de portadores de necessidades especiais, assegurarem condições necessárias para a educação de qualidade a todos”.

Nesta ótica, as diretrizes para o ensino fundamental, o Plano Nacional de Educação define prazo de cinco anos para a sua universalização. A educação Especial atua na integração das pessoas e o direito de receber essa educação junto às demais pessoas na escola regular.

No art. 8 da Deliberação CEE/MS Nº 7828, de 30 de maio de 2005, as classes das escolas comuns devem ser organizadas com previsão e provisão de:

- I – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com o apoio, inclusive, de instituições de ensino superior e de pesquisa;
- II – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

III – professores capacitados para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos; (...).

Na França a inclusão teve início em 1975, com a adoção de medida que foi acompanhada por programas de formação de docentes, à medida que incluía os portadores de necessidades especiais na rede de ensino regular. Os primeiros anos de prática inclusiva formaram cheios de incertezas e desculpas, assim o governo francês instituiu comissões departamentais, com a missão de ajustar a formação de professores.

Dessa forma Pacheco (2007, p.15), reflete a respeito das adaptações curriculares que são:

Todo trabalho é processado em grupos heterogêneos, esse estudo nunca poderia centrar-se em um aluno no contexto de uma turma, mas no sistema completo de relações que a escola apresenta que é resultado de um desenvolvimento de longo prazo, criando condições bem-sucedidas para todos os alunos.

Hoje, a maioria das pessoas com necessidades especiais francesas frequentam a escola maternal (6 anos) e segue o curso elementar (6 a 11 anos) e colegial (11 a 17 anos) e outros até onde for possível. Na França quase 100% dos portadores da Síndrome de *Down* estão na escola maternal e cerca de 70% frequentam o curso elementar e seguem para os cursos profissionalizantes.

3. A REALIDADE SOBRE A INCLUSÃO NO BRASIL.

A realidade sobre a inclusão encontra freqüentes resistências dos professores e diretores, manifestados por meio de questionamentos e queixas que são causadas por decepções e frustrações referentes ao insucesso em sala de aula.

O problema se agrava quando depara-se com professores totalmente dependentes de apoio ou assessoria de profissionais da área de saúde para compreensão das necessidades encontradas. Uma vez que, neste caso a questão clínica sobressai-se, esquece-se do professor. Visto que o professor sente-se desvalorizado e fora do processo por considerar o aluno como doente, concluindo que não se pode fazer nada por ele.

Diante disso, o professor esquece do seu papel de formador de conhecimentos, das condições que a própria escola tem em receber a esse aluno, pessoa com necessidade especial, que entra nas escolas, em sala de aula e continua excluído de todo o processo de ensino-aprendizagem e social, portanto, acentua-se o sentimento de fracasso e frustrações na proposta de inclusão.

Mediante ao exposto, Montam (2004, p.81) relata que:

O mistério do aprender e a aventura do conhecimento é que valorizam a profissão de ensinar, pois nos fazem humildes com relação ao que não sabemos do Novo; a criança que nós chega, em cada turma, a criança com deficiência, com dificuldades, o aluno inteligente, o menino de rua, aluno do supletivo e, ao mesmo tempo, são alunos que nos fazem profissionais apaixonados, inquietos. Que precisam decifrar esses misteriosos seres, que nos provocam o encontro com o Outro desconhecido. Que nos colocam em perigo, que nos mostram aos nossos limites, mas que nos fazem ir além de nós mesmos.

E, neste contexto professores julgam-se incapazes de exercer sua função, despreparados e impotentes frente à realidade que é agravada pela falta de material adequado, apoio

administrativo e recursos financeiros, o que dificulta à entrada dos portadores de necessidades especiais na escola e no trabalho.

4. INCLUSÃO ESCOLAR E SUAS TENDÊNCIAS.

A tendência da inclusão escolar implica nos princípios da política e prática educativa, no sentido de promoção da escola e de todos, a fim de promover a educação inclusiva, onde a estrutura propõe uma educação de suporte, por meio de condições físicas, sociais, étnicas, religiosas, lingüísticas e outras, onde aceite as diferenças e apóie as aprendizagens, de maneira que a educação possa ser diferenciada, respondendo as necessidades individuais e assim deixa de ser uma institucionalmente segregadora.

Segundo Montam (2003, p.23) a Educação passa por uma integração:

A integração escolar pode ser entendida como o “especial na educação”, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo desdobramento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares.

Assim sendo, a educação passa por razões de ordem filosófica, ética e sociológica, que se baseia no respeito humano, para que tenha aceitação das diferenças e dignidade dos portadores de necessidades especiais.

Já na Europa, com os imperativos legislativos fundamentam e justificam uma política educativa integradora, em que a política educativa promove sublime desafio aos sistemas atuais da educação inclusiva, no entanto, reconhece o direito de todos os alunos aprenderem juntos, independente das dificuldades e diferenças que apresentem.

5. ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

As famílias com pessoas com necessidades especiais necessitam de suportes, abaixo descritos:

◆ **Suporte Emocional:** As famílias com pessoas com necessidades especiais necessitam de um apoio emocional, torna importante salientar razões específicas do âmbito pedagógico, que são:

- reconhecer que o contato e o convívio, no plano formal e informal, entre alunos com ou sem necessidades especiais, é um meio insubstituível de normalização dos comportamentos.
- dar oportunidades para a construção de laços de vinculação, de relações afetivas que podem vir a relevar-se, ao longo dos anos, por meio de um suporte emocional fundamentado na construção da personalidade dos alunos portadores de necessidades especiais.

Assim, o suporte emocional parte do sistema de ensino e família, que envolve transações sociais progressivas, com autonomia e diversidade, cabendo aos discentes desenvolver uma maior capacidade, afetiva e cognitivamente construída de aceitação da diferença.

◆ **Suporte Social e Instrucional:** Dá-se pelo fato de um envolvimento normal, dos pares da mesma idade ou idades próximas com ou sem mediação do professor, como um suporte social ou como suporte instrucional (aprendizagem cooperativa, modelação, aprendizagem por imitação, entre outras), mecanismos extraordinariamente importantes no desenvolvimento das crianças e jovens com *déficit* intelectual acentuada. Portanto, a ajuda pode resultar de recursos informais

interiores ou exteriores à escola ou de recursos formais (médicos, professores, serviços técnicos, etc.).

O mecanismo formal de apoio pode encurtar a distância entre crianças “ditas” normais e pessoas com necessidades especiais acentuada, pois o professor de apoio pode trabalhar fora da sala de aula, com pequenos grupos de alunos, os mesmos posteriormente atuarão como monitores dentro da sala de aula, de acordo com o trabalho cooperativo, onde professor e aluno tenham a mesma função.

Entretanto, a inclusão de pessoas com necessidades especial-intelectual acentuada deve-se participar das atividades da classe juntamente com os outros alunos, pois a escola e a classe é referência primordial do processo de inclusão escolar, não limitando os mesmos, pelo contrário, há de alargá-lo ao contexto e ambientes comunitários abrangentes.

♦ **Cooperação criança-criança:** É de suma importância na aprendizagem ativa e no trabalho cooperativo, pois dá ênfase na construção, normalização e regulamentação dos comportamentos e das aprendizagens, sobre consequência dos envoltimentos sociais naturais que mantêm o equilíbrio entre trabalho coletivo e individual na sala de aula.

♦ **Cooperação criança-criança e mediação do professor:** O simples fato de trabalhar crianças com necessidades especiais ou não, garante a manifestação de interações e formas de ajudas positivas, é, sem dúvida, enorme a capacidade dos alunos se ajudarem mutuamente, alcançando sua plenitude na construção de um clima favorável as aprendizagens, com o auxílio do professor para liderar o processo de encorajamento e cooperação com os educando.

Os alunos muitas vezes espontaneamente ou como tutores beneficiam-se com a mediação do professor, por meio do suporte social ou suporte instrucional.

♦ **Cooperação e organização da sala de aula:** Exige a presença de regras claras no comportamento aceitável, pois é o suporte para o professor ensinar/transmitir conhecimento sem dificuldades e facilitar sua aprendizagem. No entanto, não se pode esquecer que todo o processo de organização, requer respeito mútuo, aceitação e compreensão das necessidades do outro, acompanhado de um processo aberto e dinâmico de negociação, ao qual o aluno sente-se responsável e participante.

6. INCLUSÃO E SUPORTE SOCIAL ÀS FAMILIAS.

A implementação de uma política de inclusão não deve ignorar um conjunto de fatores inerentes à dinâmica de funcionamento das famílias, das crianças portadoras de necessidades especiais e a comunidade. Este conjunto de fatores desencadeia um confronto com a inclusão, gerando sintomas denominados *stress*. Essa influência apresenta níveis da redução do grau de satisfação conjugal, ruptura ou disfuncionalidade das relações de pais e filhos, modificação qualitativa das interações entre irmãos, aumento das dificuldades econômicas, isolamento e diminuição da mobilidade social.

O processo de individualização e diferenciação curricular na escola inclusiva não pode ignorar que o aumento do *stress* familiar, é o fator que leva os pais a decidirem pela institucionalização dos seus filhos, por meio da diversidade de apoios sociais, formais e informais.

O grande desafio da escola é o de encontrar formas para responder às necessidades educativas de uma população escolar heterogênea, construir uma escola efetivamente inclusiva e agradável a todos. Isso implica em uma nova filosofia de organização em princípios da inclusão, integração e participação, profundas transformações são necessárias no plano da organização e

gestão curricular, plano da gestão escolar, plano da formação dos docentes, uma nova política de articulação e implementação de serviços externos, adaptação das comunidades, suporte social que dinamizem as participações ativas das famílias, na promoção de atitudes positivas em relação à integração das pessoas com necessidades especiais na sociedade e escola.

A democratização do sistema escolar arrastou a exclusão e o insucesso, por meio da não tradução da orientação pedagógica de integração, pois evidências confirmam a necessidade de tempo para se apropriarem dos conteúdos e de uma participação mais ativa na prática do processo de construção das aprendizagens. Portanto reconhece-se a importância de introduzir abordagens individualizadas, diferenciadas, cooperativas, apresentando sugestões alternativas nos conteúdos programáticos.

Esse desafio coloca à escola frente ao “Pacto Educativo para o Futuro” (2008) que tem como objetivo:

A finalidade essencial do processo educativo é desenvolvimento e a formação global de todos, em condições de igualdade de oportunidade, no respeito pela diferença e autonomia de cada um. A formação global é pessoal, cívica, científica, cultural, técnica e prática.

Para tanto, trata-se de uma questão simultaneamente política e pedagógica, de um desafio que encerra o problema de valores e hierarquia, através de uma escola coletiva e um sistema educativo a serviço do desenvolvimento e da formação global, para definir uma escola inclusiva, diferenciada e integradora e não mais massificadora e institucionalmente segregadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão passa por mudanças na constituição psíquica do homem, para o entendimento do que é a diversidade humana. Necessita-se levar em consideração a forma como nossa sociedade está organizada, em que o acesso aos serviços é quase sempre dificultado pelos mais variados motivos. Não haverá inclusão se a sociedade sentir o direito de escolher quais as pessoas com necessidades especiais poderá ser incluídos. É importante que as pessoas falem por si mesmas, pois sabem da sua realidade, de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão.

As mudanças são fundamentais para inclusão e exigem esforços de todos. A educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, independentemente das dificuldades, procurando beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isto exige do professor uma mudança de postura, além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Em suma, para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além de políticas e práticas pedagógicas, bem como dos processos de avaliação. É relevante conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino-aprendizagem, levando em conta, como ocorre o processo para cada aluno. Então, deve-se utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda a comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundamento das discussões teórico-práticas, proporcionando subsídios com vista à melhoria do processo ensino-aprendizagem. Assessorar o professor para resolução dos problemas cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos, utilizando-se currículos e metodologias flexíveis, que levem em conta a singularidade dos alunos, respeitando seus interesses, suas idéias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação

de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor/alunos. Avaliar de forma contínua e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação de todos.

Com isto, pode-se dizer que, embora a inclusão escolar seja contemplada em Lei e tenha como meta recuperar toda uma história de segregação, isolamento, discriminação e preconceito, sua prática está longe deste ideal. O que se tem, são professores assustados, amedrontados, inseguros, despreparados, portanto, incapacitados para exercer tal função.

Assim, o que na verdade esta acontecendo, é apenas a transferência dos alunos da Educação Especial para a Educação Regular. O direito ao atendimento de acordo com suas necessidades e especificidades, praticamente não tem sido considerados. Portanto, é óbvio que a Educação no Brasil está sendo implantada de forma precipitada, irresponsável sem os devidos cuidados e preparo de seus preceptores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

BRASIL. *Decreto Federal nº 3298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei 7853/89 e Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/dec3298.htm>> . Acesso em: 16/06/2008.

BRASIL. *Deliberação CEE/MS nº. 7828 de 30 de maio de 2005*. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=2179>>. Acesso em: 18/07/2008

BRASIL. *Lei Federal nº. 7853, de 24 de outubro de 1989*. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/cieh/doc/lei_7853_89.pdf> . Acesso em: 10/06/2008

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf> . Acesso em 10/06/2008>. Acesso em:10/06/2008

BRASIL. *Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/110172_01.htm> . Acesso em: 10/06/2008.

BRASIL. *Resolução CNE nº. 02, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> . Acesso em: 10/06/2008.

CARVALHO, Rosita E. *A nova LDB e educação especial*. Rio de Janeiro: WWVA, 1997.

DECLARAÇÃO de Salamanca, de 07 a 10 de junho de 1994. Espanha. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> . Acesso em: 10/06/2008.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). *Caminhos pedagógicos da Educação Especial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Moderna, 2003.

PACHECO, José. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PACTO educativo para o futuro, O. Disponível em:
<http://umbigoaoquadrado.wordpress.com/2007/11/19/o-pacto-educativo-para-o-futuro> Acesso em: 10/09/2008.

PEREIRA, Marilú M. *Inclusão escolar: um desafio entre o ideal e o real*. Disponível em:
<<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusaoescolar.htm>>. Acesso em: 19/07/2008.

TEDESCO, Juan Carlos. *O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. São Paulo: Ática, 1998.